

Conselho de Consumidores

ATA DA 241ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE CONSUMIDORES DA ENEL – DISTRIBUIÇÃO RIO

Local: Online – Via TEAMS

Data: 19/02/2025

PRESENTES:

Marta Maria do Amaral Menezes - Presidente

Representante da Classe Poder Público – Titular
Coordenadoria de Defesa do Consumidor – CODECON

Ezaquiel Siqueira da Conceição

Representante da Classe Rural – Titular
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio de Janeiro - FETRAGRI/RJ

Harley Oliveira da Silva

Representante da Classe Residencial – Titular
Federação das Associações de Moradores de Miracema – FAMMIRA

Josué da Silva Borges

Representante da Classe Industrial – Suplente
Sindicato das Indústrias de Alimentação – SIAN

Alessandra da Conceição Vieira Seródio Piperno

Representante da Classe Rural – Suplente
Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FAERJ

Alessandra Guelber Barreto

Secretária Executiva – Titular
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Jaqueline Santos Joaquim Marques

Secretária Executiva - Suplente
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Julia Ribeiro de Siqueira

Assistente Administrativa
Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio

Convidados:

Geiza Mesquita – Assessora de Comunicação
Antônio Sérgio Farias – Enel

Conselho de Consumidores

1. Abertura:

Marta Menezes, presidente do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição Rio, deu início à reunião saudando e agradecendo a todos os presentes. Na sequência, passou à aprovação da Ata da reunião de janeiro/25. Os conselheiros foram consultados, e, não havendo manifestações contrárias, a ata da 240ª Reunião Ordinária do CCEDR foi aprovada por unanimidade. Marta comentou que, na reunião realizada na Aneel, a Light esteve presente como uma das convidadas e apresentou projetos inovadores. Destacou-se uma parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF). O projeto em desenvolvimento busca criar um instrumento capaz de detectar furtos de energia elétrica de forma remota e privativa. Essa tecnologia permite a identificação sem a necessidade de exposição dos técnicos a situações de risco. Embora existam consumidores de alto padrão que praticam furtos de energia, a maioria dos casos ocorre em comunidades sob a influência de milícias, o que reforça a importância de um sistema automatizado para garantir a segurança dos profissionais envolvidos. A presidente do conselho, Marta, deu continuidade aos temas da pauta, passando a palavra ao representante da Enel, Antônio Sérgio, para a apresentação do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Antônio Sérgio iniciou sua apresentação destacando que o projeto segue a Resolução 963/21 e será executado ao longo de 2025. Trata-se de um projeto voltado para a implementação das melhores práticas relacionadas a eventos climáticos extremos. É um projeto setorial, coordenado pela ABRADDEE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), com participação efetiva de cerca de trinta distribuidoras no total. O projeto é cooperado e a ANEEL está diretamente envolvida no tema. Antônio Sérgio ressaltou que o maior desafio é a investigação global das melhores práticas, incluindo Estados Unidos, Japão, Austrália, Rio Grande do Sul e São Paulo, além de outras áreas onde as concessionárias atuam. O objetivo é realizar uma análise geral e colocar isso sob a ótica da resiliência operacional e da infraestrutura das empresas de distribuição de energia elétrica. O projeto visa incorporar as melhores práticas, como, por exemplo, as de casos da América do Norte, adaptando-as para a realidade brasileira e alinhando-as com a ANEEL para estabelecer diretrizes. O foco é garantir que as empresas trabalhem de forma regulatória para enfrentar esses tipos de eventos. A justificativa do projeto está no impacto direto que os eventos climáticos extremos têm aumentado, utilizando os recursos de P&D para trazer resultados à sociedade. O projeto visa estabelecer metas, em conjunto com o regulador, para definir o significado de "evento climático extremo" a ser aplicado nas concessionárias. Serão realizados estudos climatológicos, com foco em ações preventivas e na recomposição do sistema, além de ações para checar todas as melhorias no benchmarking, sempre visando a melhoria da resiliência e o melhor atendimento aos clientes. Quanto à inovação, o projeto de P&D adotou uma alteração no regulamento do programa de P&D da ANEEL em 2023. Anteriormente, a ANEEL exigia que os projetos fossem originais, ou seja, diferentes de todos os existentes. Atualmente, o foco está na inovação, permitindo que o projeto seja similar a outros, desde que gere resultados financeiros. O projeto precisa alterar o estado da arte, com a possibilidade de comercializar esse trabalho como consultoria, envolvendo todas as concessionárias e os parceiros participantes. A intenção é vender relatórios do projeto e, eventualmente, oferecer consultorias e licenciamento para empresas específicas nessa área. Com a alteração das regras, o regulador exige que novos modelos de negócios sejam criados, e o projeto precisa ter um impacto real. Foram apresentados os indicadores que permitirão o acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), auxiliando na definição de parâmetros para a avaliação dos impactos de eventos climáticos extremos. Esses indicadores direcionarão a forma como a ANEEL analisará os eventos. Embora a metodologia seja bastante consistente, ela possibilita, inclusive, a venda de serviços. Os parceiros envolvidos incluem a ABRADDEE, que atua como coordenadora do projeto de um consórcio com a participação de outras empresas. O prazo para execução do projeto é de 18 meses. Em seguida, Antônio destacou a importância da ANEEL no projeto. Por fim, o cronograma das atividades do projeto foi apresentado, e Antônio finalizou sua apresentação se colocando à disposição para dúvidas.

Conselho de Consumidores

Marta ressaltou que o prazo de 18 meses para a conclusão do projeto é o mais oportuno, pois, durante o evento em Brasília, observou-se que alguns projetos tinham prazos de até 42 meses para a conclusão. O conselheiro Ezaquiel perguntou ao Antônio qual é o valor do projeto. Antônio Sérgio respondeu que o valor da participação da Enel é de R\$ 500 mil. Ezaquiel questionou se esse é o valor total do projeto. Antônio respondeu que o valor total é de cerca de R\$ 12 milhões, e que esse valor é distribuído em função da receita operacional líquida para cerca de 30 empresas. Alessandra Guelber destacou que a relevância do projeto vai além de seu escopo inicial, inserindo-se em um contexto de eventos climáticos cada vez mais frequentes e graves. Embora o termo "evento climático" possa parecer repetitivo, ela ressaltou que estamos vivenciando desastres reais que afetam diretamente tanto a população quanto as operações. Alessandra compartilhou sua experiência pessoal, observando os eventos ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a situação climática se tem tornado cada vez mais crítica. Ela relatou que, no dia anterior, São Paulo enfrentou uma combinação de calor intenso e fortes chuvas, resultando em 19 mortes até o momento devido a alagamentos e transbordamentos de rios e córregos. Alessandra enfatizou que esses eventos tornam a operação cada vez mais desafiadora, destacando que não existe um modelo pronto para lidar com tais desastres, o que exige uma constante adaptação e planejamento. Alessandra destacou a importância de manter o Conselho atualizado periodicamente sobre os desdobramentos e evolução do projeto. Ela ressaltou que o projeto é de longa duração, com previsão de um ano e meio, e sugeriu que, quando o projeto atingir um estágio mais maduro, com avanços concretos, as atualizações sejam compartilhadas com o Conselho. Alessandra Barreto concluiu afirmando que é fundamental que o Conselho acompanhe de perto o progresso da execução do projeto, enfatizando que a colaboração constante para garantir a eficácia das ações diante dos desastres climáticos. Os Conselheiros concordaram com a sugestão da Secretária executiva. Antônio, representante da Enel, afirmou que, assim que o projeto tiver resultados relevantes, irá atualizar o Conselho. Os Conselheiros agradeceram a apresentação do Antônio Farias. A presidente Marta Menezes deu continuidade à reunião, abordando o tema de diárias e reembolso. Ela comentou que já havia se manifestado sobre o assunto anteriormente, na gestão do Ezaquiel e do Fabiano. Conforme o Regimento Interno, é previsto que seja uma coisa ou outra: diária ou reembolso. Ambas concomitantemente não cabem. Marta colocou em discussão para os presentes. Sua sugestão foi utilizar a modalidade de reembolso das despesas realizadas pelo conselheiro para a participação das reuniões ordinárias, mediante a apresentação da nota fiscal dentro do prazo estabelecido. O pagamento de diárias ficaria restrito às reuniões descentralizadas, Encontros Regionais e Encontro Nacional. Com a economia gerada, o recurso poderia ser aplicado na elaboração de material de divulgação como a revista em quadrinhos mencionada anteriormente. Essas revistas seriam distribuídas nas escolas durante eventos em parceria com a distribuidora, pois acredita que é na criança que se forma o hábito de consumir energia de forma consciente. Marta lembrou-se de um trabalho realizado em Itaocara, durante uma reunião descentralizada. Na ocasião, foi feita uma visita ao CIEP local. Durante a visita, os conselheiros distribuíram material, incluindo a revistinha da Mônica, e explicaram sobre o consumo consciente de energia. A recepção foi muito positiva. Ela sugeriu que, com o projeto de sustentabilidade da Enel, quando houver visitas a escolas, os conselheiros que estiverem disponíveis possam acompanhar e distribuir o material. Isso fortaleceria a parceria e mostraria a existência do Conselho, já que, infelizmente, a maioria da população não tem interesse em acessar informações divulgadas em sites, links ou matérias de jornal. O foco inicial, deve ser visitar as escolas, mas os conselheiros podem sugerir outras ações. Sugeriu ainda que se realize reuniões ordinárias online e os recursos que seriam destinados as despesas dessas reuniões seriam aplicados na elaboração de materiais didáticos e de divulgação. Marta perguntou como foram feitas as últimas revistas do Conselho. A secretária executiva, Jaqueline Marques, informou que foi feito um contrato com a ONG Aldeias Infantis SOS que tem a parceria com o Instituto Mauricio de Sousa, para publicação dos ODS da ONU. Informou ainda que a assessora de comunicação, Geiza Mesquita, manteve contato da ONG no ano passado, solicitando um orçamento para novas revistas. Geiza Mesquita mencionou que, no relatório da ANEEL, solicita-se o preenchimento de

Conselho de Consumidores

informações sobre a produção de materiais relacionados à cartilha de uso consciente de energia elétrica, especialmente no contexto de material didático. A conselheira Alessandra Seródio concordou com sugestão da presidente sobre o reembolso, mais pela postura do Conselho do que por uma questão econômica, e devido à situação ocorrida na reunião passada. Ela explicou que a mudança na forma de ressarcimento de despesa adotada pelo Conselho, acabou trazendo mais fragilidade do que segurança para os conselheiros. Em sua opinião, ao longo desse processo, essas mudanças geraram, por exemplo, a definição arbitrária e indiscriminada de participações em eventos, sem justificativa adequada. Em razão dessa mudança, quando alguém solicitava participar de algum evento, o pedido muitas vezes era negado, pois gerava custos extras. Essa forma de gestão causou confusão e aumentou a fragilidade do Conselho, criando expectativas que não foram atendidas. Alessandra Seródio acredita que o retorno ao reembolso das despesas para participação nas reuniões ordinárias e o pagamento de diárias para os Encontros Regionais e Nacional e reuniões descentralizadas seria a melhor medida. Ela acredita que essa mudança traria mais clareza e apoio para a participação dos conselheiros. Marta Menezes ressaltou que o Conselho tem a responsabilidade de prestar contas, visto que o recurso pertence ao consumidor, e não ao Conselho. É necessário que se preste contas sobre esse recurso de forma clara e transparente. Citou o exemplo do conselheiro Harley, destacando que quando ele apresenta a nota do ônibus, ela vem bem organizada, com o percurso detalhado de forma correta. Marta também mencionou que Josué e Ezaquiel realizam os reembolsos, mas enfatizou que não se pode apresentar notas desorganizadas, rasuradas ou ilegíveis, pois é imprescindível prestar contas de forma adequada para a auditoria. Esse tipo de apresentação não é aceitável e exige mais cuidado e organização. Ela deu um exemplo: citou a reunião do conselho no Aqwa, no dia 22/01/2025, onde o Conselho contratou o serviço de coffee break, explicando que, para a contratada, foi necessário fornecer o CPF para a emissão da nota fiscal. Uma nota foi enviada corretamente por e-mail, destacando que essa ação reflete um compromisso sério, uma vez que o recurso utilizado não é de responsabilidade pessoal, mas sim do consumidor. A Concessionária tem o dever de repassar esse recurso, mas o Conselho também deve administrar esses fundos com zelo e responsabilidade. Por isso, é fundamental que todas as ações relacionadas a esse processo sejam realizadas de maneira transparente, como foi feito anteriormente. O conselheiro Harley ressaltou que não deseja atrapalhar o trabalho que está sendo realizado e mencionou que acredita ser o único a passar por essa situação. Marta esclareceu que o Conselho realizará o reembolso de todas as despesas mediante apresentação das notas fiscais, e que os conselheiros não terão prejuízos por comparecer presencialmente às reuniões. Harley acrescentou que é o único conselheiro que mora em Miracema e que, na última reunião, houve um momento complexo. Enfatizou a necessidade de cautela, pois qualquer um dos conselheiros pode passar por uma situação semelhante no futuro. Destacou a importância de manter o respeito e o compromisso com o Conselho para que situações passadas recentemente não se repitam. Marta assegurou que isso não acontecerá, pois, os conselheiros têm plena consciência de seus deveres e responsabilidades. Harley também concordou com o formato de reembolsos proposto. Alessandra Seródio mencionou que o conselheiro será reembolsado, de modo que não há risco de prejuízo pela participação. Alessandra Seródio sugeriu incluir na próxima pauta esclarecimentos sobre os tipos de despesas e notas fiscais para evitar alegações de desconhecimento dos procedimentos de reembolsos por parte dos conselheiros. Jaqueline Marques respondeu que são aceitas as Notas Fiscais oficiais, que contenham os dados formais do prestador do serviço. Marta Menezes citou o exemplo de quando um conselheiro utiliza o Uber. Nesse caso, o recibo vem por e-mail, contendo o trajeto, o valor pago e a taxa. Alessandra Guelber mencionou que, na última reunião, Manoel Neto comentou que havia algum conselheiro apresentando nota de combustível, sendo que não dirigia o veículo. Destacou que, apesar do evento ocorrido na reunião anterior, todas as medidas adotadas pelo Conselho devem ter como princípio a prudência, a fim de evitar a utilização indevida de recursos. Frisou que é fundamental não causar prejuízo a nenhum conselheiro. Ressaltou também o empenho das funcionárias Jaqueline e Julia, que se dedicam a processar rapidamente os reembolsos. Mesmo que em alguns casos o processo não seja concluído no

Conselho de Consumidores

mesmo dia — como quando recebem as notas no final da tarde —, no dia seguinte o valor já é encaminhado para o reembolso do conselheiro, embora a resolução preveja um prazo de até 10 dias para o reembolso, ela informou que esse processo não causará problemas financeiros aos conselheiros para participar das reuniões. Considerando que a participação presencial é uma escolha do conselheiro, ela destacou a flexibilidade do modelo híbrido de reuniões. Alessandra Seródio sugeriu que o Conselho, junto à Enel, realizasse um levantamento e atualizasse as orientações sobre como as despesas devem ser apresentadas. Jaqueline Marques respondeu que a Aneel prestou todos os esclarecimentos em reunião com os conselhos no ano passado sobre despesas elegíveis. Os conselheiros então iniciaram a votação e, por unanimidade, aprovaram a modalidade de reembolso para reuniões ordinárias. O reembolso será autorizado apenas mediante a apresentação de notas fiscais, e, no caso de transporte por aplicativo, será aceito o documento oficial do prestador de serviço. Também foi aprovada a modalidade de diárias para Encontros Regionais, Nacionais e reuniões descentralizadas. A presidente Marta solicitou que as secretárias continuassem anotando as observações para a revisão do regimento interno, destacando que as correções serão feitas no momento oportuno. Marta deu continuidade à reunião, abordando o tema "Assuntos Gerais". Alessandra Seródio comentou que, devido ao sucesso da representação e ao atendimento do Conselho pelas secretárias executivas da Enel, os sindicatos estão encaminhando muitas demandas. Nesse sentido, está sendo realizada uma organização por sindicato e município, especialmente nas regiões Noroeste e Norte, para tentar realizar um trabalho que atinja o maior número de produtores possível, oferecendo também soluções para a concessionária. O conselheiro Ezaquiel mencionou uma notícia publicada sobre os investimentos que a Enel irá realizar em sua área de concessão e sugeriu que esse tema fosse discutido em uma próxima reunião, para um melhor entendimento do Conselho. Também mencionou a expectativa de participação do presidente Francesco em uma reunião do Conselho. Alessandra Guelber informou que haverá um primeiro encontro com a presidente Marta Menezes e o vice-presidente Antônio Saramago. Após esse encontro, será elaborada uma agenda com o Conselho. A primeira reunião será uma apresentação institucional inicial, conforme pedido do próprio presidente, seguindo o exemplo de outras gestões. Alessandra ressaltou que, independentemente de ser consultivo ou não, o Conselho sempre tem presença nas pautas dentro da empresa. Destacou ainda que, sempre que há alguma situação importante, como o recente anúncio de investimentos, haverá oportunidades para todos estarem juntos com a presidência. Comentou que o presidente Francesco tem uma agenda muito cheia, participando de diversas reuniões com entidades, órgãos e parceiros. Marta Menezes comentou que, após o presidente Francesco se familiarizar com as necessidades da concessionária, ele se aproximará do Conselho. Marta também ressaltou o trabalho de Geiza na divulgação das ações de Ezaquiel e Alessandra na área rural, especialmente em relação à isenção de ICMS, e a importância da parceria entre ambos. Alessandra Seródio se dedicou ao processo, enquanto Ezaquiel distribuiu as informações sobre o cadastramento dos produtores, que deve ser feito até março para garantir a continuidade da isenção. Marta também elogiou o trabalho da Geiza Mesquita, destacando a importância das matérias que ela publica no grupo de comunicação. Ressaltou que o trabalho do Conselho está sendo feito com empenho, embora seja um processo gradual, e que o trabalho em conjunto resultará em bons frutos no futuro. Marta compartilhou com os conselheiros sua experiência no Workshop de Modernização Tarifária no Brasil, que ocorreu em Brasília no dia 13 de fevereiro, no auditório da Aneel. O evento durou o dia todo, começando às 9h e terminando às 18h. Destacou a participação das concessionárias que estão trabalhando em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), com a presença de representantes da Enel São Paulo, Equatorial, Neoenergia, Energisa, EDP, Light, Copel, Abradee, além do doutor Sandoval, que não pôde permanecer o tempo inteiro devido a outro compromisso. Durante o evento, também foi empossado o novo diretor do órgão. Camila Bomfim interagiu com o grupo, que contou com representantes de todo o Brasil. Marta ficou impressionada com um projeto apresentado pela Abradee, coordenadora do evento, sobre P&D tarifário, e descreveu o projeto como um grande avanço. Entre as iniciativas discutidas, destacou o uso de medidores inteligentes, onde o usuário, ao realizar uma recarga de energia,



Conselho de Consumidores

pode acompanhar em tempo real o nível de energia disponível. Quando o crédito se aproxima do fim, o medidor emite um alerta. Marta também mencionou outras inovações, como a introdução de contas fixas com cashback e o desenvolvimento de modelos binômio, trinômio e monômio. A ideia é testar essas tecnologias para verificar os resultados e, se forem bem-sucedidas, expandi-las para outras regiões. Ela finalizou destacando que esse projeto de P&D será ampliado para todas as concessionárias, com o objetivo de garantir uma energia limpa, acessível e de qualidade, além de prevenir desastres climáticos específicos de cada região. Marta expressou otimismo com os resultados esperados para os próximos anos. Não havendo outros temas a serem tratados, a presidente Marta Menezes agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.